

Negacionismo climático no Senado, desmatamento à solta no Cerrado



» CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO
Engenheiro florestal, conselheiro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), representando a sociedade civil da Região Centro-Oeste

O MapBiomas divulgou recentemente o Relatório Anual do Desmatamento no Brasil (RAD). De acordo com o levantamento, o Cerrado foi responsável por 52,5% de toda a perda de vegetação nativa no país em 2024, correspondendo a 652.197 hectares (ha), o que dá uma média de quase 1.800ha de área desmatada por dia. Em relação ao ano de 2023, houve uma queda de 41% na área desmatada. A região do Matopiba (área formada pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) concentrou 75% do desmatamento do Cerrado e aproximadamente 42% do desmatamento somado em todos os biomas brasileiros.

Num primeiro olhar, em parte, é para comemorarmos. Afinal, o desmatamento caiu de forma representativa. Isso, com certeza, deu-se em função de uma ação forte do governo no combate ao desmatamento ilegal, liderada pelo Ibama, com participação de órgãos estaduais de meio ambiente, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática (MMA). Daí a importância de fortalecer cada vez mais a atuação desses órgãos públicos essenciais para o nosso país.

Por outro lado, temos que ficar atentos ao desmatamento realizado de forma legal e incentivada pelas políticas públicas, e com o dinheiro do contribuinte, que facilitam a expansão da fronteira agrícola, especialmente no Cerrado e, em particular, na região do Matopiba. Será uma questão de tempo, poucas décadas, para que o

Cerrado seja reduzido de tal forma que não terá mais condições de cumprir com suas funções ecológicas e com os serviços ambientais prestados de forma gratuita pela natureza.

Por isso, não devemos ficar otimistas com a redução do desmatamento no Cerrado. A legislação prevê que os proprietários de terra no Cerrado fora da Amazônia Legal possam desmatar até 80% da sua propriedade. E o desmatamento para a expansão da fronteira agrícola, como acontece no Matopiba, é incentivado por juros subsidiados, via Planos Safras e isenções fiscais na aquisição de insumos (sementes transgênicas, fertilizantes artificiais, maquinários e agrotóxicos). Além disso, grande parte da produção é realizada com sistemas de irrigação, cuja água é obtida como se fosse infinita e, praticamente, de graça, o que tem gerado mais impactos ambientais.

Tudo ficará muito pior se for aprovado o Projeto de Lei nº 2.159/2021, que institui a Lei Geral do Licenciamento Ambiental, que passou no Senado nesta semana e agora segue para a Câmara dos Deputados. Entre os dispositivos previstos, estão as LACs (Licença Ambiental por Adesão e Compromisso), favorecendo ainda mais a legalização do desmatamento efetuado pelo pessoal do Agro, que já tem uma quantidade absurda de benesses do Estado.

Os próprios agricultores poderão fazer o autolicienciamento para as atividades agropecuárias consideradas de médio e pequeno porte. Mas, quem considera o tamanho do impacto? O próprio empreendedor. O resultado será mais e mais desmatamento em todos os biomas, de forma mais rápida, gerando a emissão de mais gases de efeito estufa e contribuindo com o aumento da temperatura local e planetária.

A conclusão é de que nosso Congresso Nacional demonstra um negacionismo climático inconcebível para o nosso tempo, e com desastres ambientais acontecendo e se multiplicando ano após ano. De nada adiantam estudos científicos

realizados por pesquisadores do mundo inteiro e divulgados anualmente pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), órgão ligado à ONU e composto por representantes dos países para prover avaliações regulares sobre a mudança climática.

Por isso, é muito importante que nós, eleitores, acompanhemos o que nossos representantes parlamentares estão transformando em lei e qual é o seu posicionamento. Como eleitor de Brasília, constatei que entre os três senadores do DF, dois votaram pela aprovação desse PL, a senadora Damares e o senador Izalci, e uma, a senadora Leila, votou contra e merece nosso respeito e reconhecimento. O projeto agora segue para a Câmara dos Deputados. Vamos acompanhar como votarão os representantes do DF — Bia Kicis (PL), Erika Kokay (PT), Alberto Fraga (PL), Fred Linhares (Republicanos), Gilvan Maximo (Republicanos), Julio Cesar Ribeiro (Republicanos), Professor Reginaldo Veras (PV) e Rafael Prudente (MDB) — e verificar se também são negacionistas climáticos.

É importante que os deputados e as deputadas possam informar aos eleitores de que lado estão e apresentem os seus argumentos e justificativas. Isso não é um tema de interesse de apenas um segmento da sociedade, normalmente tratado como ambientalistas. Trata-se de algo de interesse de toda a sociedade e para as futuras gerações. O licenciamento ambiental está diretamente atrelado ao desmatamento do Cerrado e de outros biomas e às mudanças climáticas. Precisamos saber como estão votando e poder fazer escolhas futuras mais acertadas, conectadas com o nosso tempo, com as gerações futuras e que considerem o que é constatado pela ciência. Senão, seremos coniventes com esse negacionismo climático evidenciado na aprovação do PL de Devastação no Senado.



Brasil preparado para ser o grande líder global em sustentabilidade no turismo



» GLORIA GUEVARA
Candidata do governo do México à Secretaria-Geral da ONU Turismo. Foi ministra do Turismo do México e CEO do Conselho Mundial de Viagens e Turismo

Nesta quinta e sexta-feira, 29 e 30 de maio, em Segóvia, Espanha, acontecerão as eleições para renovar a Secretaria-Geral da ONU Turismo. Será uma oportunidade para traçar um novo rumo que leve o turismo global a outro patamar, gerando crescimento e desenvolvimento equitativo para todos os países.

A organização, nesta nova etapa, requer uma liderança experiente e confiável, capaz de compreender a complexa dinâmica da indústria mundial de viagens e turismo e de unir os estados-membros em torno de uma visão compartilhada de crescimento sustentável e inclusivo.

Nesse contexto, a América Latina e o Caribe estão destinados a desempenhar um papel de protagonismo, e o Brasil se destaca como um ator-chave graças à liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à sua visão em matéria de turismo, sustentabilidade, inovação e geração de emprego ao longo de toda a cadeia de valor deste importante setor.

Essa liderança tem se manifestado nas iniciativas as quais o Brasil fomentou em fóruns como o G20 (cujos trabalhos presidiu exitosamente no ano passado), a fim de estimular o turismo por meio de esforços conjuntos, intercâmbio de boas práticas, recopilação de dados

e realidades do setor.

O Brasil é atualmente um dos países com maior crescimento turístico e um dos destinos com mais potencial, devido à vasta riqueza natural, cultural e humana. O governo brasileiro tem avançado de maneira exemplar no desenvolvimento de um turismo com uma abordagem social, sustentável e centrada no empoderamento das comunidades locais.

O turismo brasileiro é um importante gerador de emprego direto e indireto no país, impulsionando cadeias produtivas inteiras — desde hotelaria até gastronomia, cultura e logística. Com políticas de capacitação profissional e incentivos ao empreendedorismo, o setor fortalece a economia formal enquanto promove inclusão social. Essa força laboral, aliada ao crescimento sustentável, consolida o Brasil como líder regional em turismo transformador.

O nosso irmão sul-americano tem hoje uma excelente oportunidade para liderar uma nova etapa de crescimento turístico na América Latina. O país tem demonstrado um firme compromisso com a sustentabilidade. Um exemplo disso é que, neste ano, sediará a COP30, o principal fórum multilateral sobre o meio ambiente. Ademais, conta com um enorme potencial para melhorar sua conectividade, atrair investimentos e gerar empregos de qualidade por meio do turismo. Por isso, reúne todos os elementos para indicar o caminho rumo a um turismo mais verde, inclusivo e competitivo em nível global.

A partir da Secretaria-Geral da ONU Turismo, buscaremos fomentar um ambiente que permita posicionar o Brasil e o resto dos países da

América Latina e o Caribe como destinos de referência em sustentabilidade. Minha visão para a ONU Turismo é justamente contar com um turismo mais equitativo, sustentável e focado nas pessoas. Nesse sentido, minha candidatura está articulada em quatro prioridades: sustentabilidade, resiliência, oportunidade e inovação.

Com o Brasil, concordamos com a necessidade de priorizar iniciativas que criem oportunidades para jovens, mulheres e comunidades por meio do desenvolvimento do turismo inclusivo e da equidade social. Nesse sentido, é importante que a Secretaria-Geral da ONU Turismo acompanhe os países — especialmente os do Sul Global — na construção de um setor turístico mais forte, resiliente e alinhado com os desafios atuais. Além disso, a ONU Turismo deve ser um instrumento que contribua para a promoção de políticas, visando simplificar os processos de viagem, melhorar a conectividade e garantir experiências de viagens seguras.

É necessário também que sua visão inclua o fortalecimento da cooperação regional. Só dessa forma, uma região como a América Latina poderá desempenhar um papel mais influente na governança do turismo mundial. Por isso, é fundamental o trabalho do escritório da ONU Turismo no Rio de Janeiro, podendo se tornar uma plataforma de apoio e gestão para todos os países do continente.

Mediante um profundo conhecimento das particularidades da América Latina e suas oportunidades, uma liderança colaborativa e uma visão compartilhada, será possível fortalecer a ONU Turismo, a região e o papel que o Brasil está destinado a desempenhar no cenário global.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br



Brasília e o sonho que persiste no concreto

Há cidades que apenas crescem, e há cidades que carregam consigo a vocação de pensar o mundo. Brasília, com todas as suas contradições, pertence ao segundo grupo. Desde o primeiro risco no papel de Lucio Costa até a última curva branca traçada por Niemeyer, a capital federal jamais foi apenas um conjunto de edifícios — foi ideia, gesto simbólico, tentativa. Mais uma vez, sedia uma conversa sobre o futuro. Nesta terça, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-DF) foi palco do lançamento da 4ª edição do Fórum Mundial Niemeyer, um evento que convidou arquitetos, urbanistas, engenheiros, juristas e pensadores a discutirem os rumos da cidade contemporânea.

A proposta não poderia encontrar cenário mais sugestivo. Brasília é, ao mesmo tempo, modelo e advertência. Seu desenho monumental, pensado para projetar a racionalidade administrativa do país, convive com os desafios reais de uma metrópole desigual e fragmentada. Ela inspira tanto quanto desconcerta. Talvez por isso, a escolha da capital para dar início às reflexões do Fórum carregava mais do que valor simbólico — é um convite a revisitar as promessas do passado à luz das urgências do presente.

Nesta edição, o tema gira em torno das “cidades do futuro e da sociedade”. E se há algo que o Brasil precisa cultivar é a capacidade de imaginar futuros. Falar de urbanismo, hoje, não é apenas tratar de infraestrutura, mas de convivência, bem-estar, pertencimento. É discutir como o espaço molda relações e como as decisões técnicas podem — e devem — dialogar com as demandas humanas. A presença do ministro Gilmar Mendes, por exemplo, empossado como vice-presidente de honra do Instituto Niemeyer, reforça essa interseção entre o urbano e o jurídico, entre forma e norma, entre chão e instituição.

Mas não se trata de um fórum voltado apenas à elite técnica ou acadêmica. O gesto de tornar o evento gratuito e aberto ao público (ainda que com vagas limitadas) sinaliza o desejo de incluir a sociedade nessa conversa. Uma cidade justa começa por uma cidade que escuta. E o Fórum, com seu espírito de encontro e troca, oferece uma rara oportunidade de pensar a cidade como bem comum, como construção coletiva e não apenas obra finalizada.

É fácil esquecer, diante dos impasses da política ou da pressa cotidiana, que a cidade em que vivemos é também uma narrativa. Cada praça, cada viaduto, cada eixo ou sombra projetada conta uma história sobre quem fomos e quem gostaríamos de ser. E Brasília, com sua monumentalidade quase onírica, ainda provoca a imaginação coletiva. Nela, o urbanismo flerta com a utopia, a engenharia conversa com o direito e a arquitetura tenta, às vezes com sucesso, às vezes com descompasso, desenhar uma ideia de país.

Eventos da magnitude e da relevância do Fórum Mundial Niemeyer talvez não possam solucionar magicamente todos os intrincados dilemas que afligem as cidades contemporâneas — as persistentes desigualdades socioespaciais, os desafios ambientais que clamam por soluções urgentes, as complexas questões de mobilidade e acessibilidade, entre tantos outros.

Contudo, sua importância reside precisamente em nos recordar, de maneira contundente, da necessidade inadiável de manter acesa a chama da indagação, de continuar formulando as perguntas essenciais que nos impelem a refletir criticamente sobre o espaço que habitamos e que molda nossas vidas. Como conciliar a imperiosa necessidade de preservar a identidade singular de nossos centros urbanos com as inevitáveis dinâmicas da mudança e da inovação? Como promover um crescimento urbano que seja simultaneamente sustentável e inclusivo sem obliterar as marcas significativas do que já existe, da história inscrita em cada rua e em cada edifício?

Em tempos particularmente suscetíveis à prevalência do pragmatismo e à atração pela tecnocracia como solução universal, a capacidade de formular essas perguntas e de manter vivo o debate sobre os rumos do urbanismo representa, em si mesma, uma demonstração de resistência intelectual, uma afirmação da importância da reflexão crítica e da visão de longo prazo na construção de um futuro urbano mais promissor e equitativo.

Talvez seja esse o legado mais importante de Niemeyer: a recusa em ver o espaço como mera função, e o insistente convite a enxergar beleza, simbolismo e política no desenho das coisas. Brasília ainda carrega essa centelha. Que o Fórum a reacenda — com ideias, não apenas homenagens.

A frase que foi pronunciada:

"Um cientista que também é um ser humano não deve descansar enquanto o conhecimento que pode reduzir o sofrimento repousa em uma estante".

Albert Sabin

História de Brasília

Os pais dos alunos residentes nas casas da Caixa Econômica estão apavorados com a série de desastres ocorridos na W3 e pedem um guarda para ajudar as crianças na travessia daquela avenida (publicado em 4/5/1962)